

A representação política feminina no PT e no PP gaúcho

AUTOR: Gabriela Machado Da Silva

ORIENTADORA: Profa. Dra. Rosana Soares Campos

Resumo

A participação feminina em diversos setores da nossa sociedade tem sido marcada pela sua gradativa inserção no mercado de trabalho e em postos de chefia. Entretanto, ainda perdura a sua exclusão nas esferas de poder sobre as decisões políticas e mais especificamente nas esferas da vida partidária. Nesta direção, está pesquisa propõem-se verificar de que forma a mulher insere-se nos espaços decisórios do PT e PP gaúcho e o quanto essa inserção é efetiva. Esta pesquisa caracteriza-se, através de um enfoque misto (quali-quantitativo), do tipo descritiva e explicativa, que busca analisar e também identificar motivos da subrepresentação política da mulher nos espaços de tomada de decisão dos partidos supracitados.

Palavras-chave: Gênero, partidos políticos, participação.

Introdução

A incipiente inclusão política das mulheres brasileiras nos espaços de tomada de decisões gerou debates, conflitos e, posteriormente, uma legislação com o objetivo de assegurar participação e representação nas instâncias de poder; e transformar essa realidade. (Pinto, 2001). No entanto, a lei de cotas (2010), que prevê, entre outras medidas, a obrigatoriedade do preenchimento mínimo de 30% das candidaturas para cada um dos sexos, não vem conseguindo gerar equilíbrio entre homens e mulheres no legislativo. Mesmo sendo a maioria da população brasileira 50,64%¹ e também do eleitorado nacional 52%², quando observamos os

¹ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>> Acesso em: 11/04/2017

² Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-porsexo-e-faixa-etaria>> Acesso em: 11/04/2017

indicativos estatísticos sobre a participação das mulheres nos espaços de atuação político institucional o percentual destas eleitas tem sido inferior aos 30% de candidatas,

A sub-representação das mulheres na política institucional é reflexo de uma série de obstáculos que perpassam os descumprimentos dos partidos, com falsas candidaturas ou candidaturas sem nenhuma adesão partidária, apenas para cumprir a cota prevista (Pinto, 2001). A desigualdade no financiamento das campanhas, pouco incentivo dentro dos partidos para sua participação e inferior capital política são algumas das desmotivações apontadas por Sacchet e Speck (2012) para a baixa participação feminina na política de modo efetivo.

Em 2011/2012 a média de mulheres exercendo funções nas Comissões Executivas Nacionais dos principais partidos brasileiros era de apenas 11%³. Em pesquisa sobre o quantitativo de mulheres em assentos nas Comissões Executivas estaduais dos partidos entre 2013/2015, Barbosa (2015) verificou baixa participação, não chegando a mais que 30% nos principais partidos brasileiros⁴. De acordo com o estudo de Barbosa, o partido com maior representação feminina nas comissões executivas estaduais é o PT com 30%, Entre aqueles partidos que não possuem cotas reservadas às mulheres, a maior participação é notada no PP (16%). Os demais partidos transitam em torno de 5% a 13%. Esses dados sugerem que as políticas de gênero com o intuito da ampliação da participação feminina, adotadas no interior dos partidos, oportunizam a presença destas nos espaços decisório, visto a expressiva diferença no quesito participação quando analisados a questão de cotas internas. Esse cenário replica-se na esfera eleitoral, mesmo sendo a maioria do eleitorado estadual com 52%, somente 18,38% dos votos totais foram para as

³Disponível em: <http://www.iadb.org/es/investigacion-y-datos/geppal/inicio,18161.html> Acesso em: 22/05/2017

⁴Partidos dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM) e o Partido Progressista (PP).

candidatas, no âmbito da vereança, no pleito de 2016 e apenas cerca de 16% das candidatas obtiveram êxito eleitoral⁵.

Nesta direção, o objetivo desta pesquisa é verificar de que forma ocorre a inserção da mulher nas esferas decisórias partidárias (direções, delegações, comissões e secretarias) de dois dos principais partidos políticos o PT e PP gaúcho, ao longo do período compreendido entre 2010 a 2016. Foi escolhido esse intervalo temporal pelo interesse em analisar a atuação e representação das mulheres a partir do ano da obrigatoriedade da lei de cotas. De que forma esse fator impactou nas relações internas dos partidos e também no recrutamento de mulheres para seu corpo de filiados.

A pesquisa direciona-se para estes dois partidos pela sua história e representatividade no estado. Em 2012/2016 o PP foi o partido que mais elegeu vereadoras no estado, em contrapartida nas eleições de 2010 o PT é o partido de maior expressividade para o legislativo estadual e o único com uma deputada federal eleita. Esses números corroboram com o estudo de Simone Bohn (2009) no qual aponta que nas eleições municipais as mulheres se candidatam e se elegem por partidos de todas as tendências, mas a maioria possui propensão a concorrer, no campo da vereança, no interior de partidos da direita. Outro fator para a escolha desses dois partidos é a diferenciação ideológica. Dados sobre a participação feminina nas comissões executivas estaduais entre 2013/2015 indicam que 22% encontram-se no bloco da esquerda e 15% no bloco da direita (Barbosa, 2015).

A metodologia utilizada será o enfoque misto (quali-quantitativo), do tipo descritivo explicativo. Por meio desta metodologia a pesquisa será dividida em um primeiro momento revisão bibliográfica, posterior será efetuada a coleta e análise estatística de dados sobre a representação e participação das mulheres por meio do exame de documentos existentes no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), TRE (Tribunal Regional Eleitoral) e Partidos Políticos estudados. Busca-se, através de dados sobre lista de

⁵Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2016/eleicoes-2016> Acesso em: 22/05/2017

filiação, levantamento de candidatas, percentual de votação, população eleitoral, estatutos partidários e composição das direções do PT e PP, verificar a baixa participação e representação feminina na vida política partidária.

Conclusão

A pesquisa ainda está em fase inicial, mas os dados já analisados indicam baixa participação política das mulheres no interior dos partidos. Nos primeiros levantamentos documentais deste estudo, observou-se que as políticas de incentivo a participação das mulheres influenciaram positivamente no interior dos partidos. Com a aprovação da Lei de cotas o PT aderiu à paridade de gênero nas direções, delegações, comissões e cargos com funções específicas de secretarias. No entanto, apesar de não possuir cotas internas, o PP promoveu programas de incentivo à participação feminina no partido. Porém essas medidas não conseguiram alcançar índices expressivos de participação nos campos decisórios do PP. Dos 19 membros que compõem a comissão executiva do PP-RS, apenas três são mulheres. Em contrapartida, no PT-RS dos 19 membros 8 são mulheres⁶.

Bibliografia

- BARBOSA, T. A. L. Mulheres na elite partidária brasileira: uma análise exploratória das Comissões Executivas estaduais. Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR, v.2, n. 10, agosto. p. 1-13, 2015.
- BOHN, S. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, p. 63-89, jan./jun. 2009.
- PINTO, C. R. J.. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 49, p. 98-113, 2001.
- SACCHET, T. e SPECK B. "Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006". **Opinião Pública**, 2012.

⁶ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/> Acesso em: 22/05/2017